

# Ex-membro da Le Cocq é afastado da missão

**Ministro da Justiça exonera o inspetor da PRF que foi filiado à organização**

ANDRÉIA LOPES

O ministro da Justiça, Paulo de Tarso Ramos Ribeiro, exonera ontem do cargo o superintendente da Polícia Rodoviária Federal do Espírito Santo, João Adilson Scalfoni. Um dos integrantes da missão especial que atua no Estado para combater o crime organizado, Scalfoni foi filiado à Scuderie Detetive Le Cocq de 1988 a 1989. O inspetor Faride Sipaubá, superintendente da PRF em Tocantins - e que também integra a missão - será nomeado para ocupar o cargo de Scalfoni.

A substituição foi determinada pelo ministro na tarde de ontem ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal, em Brasília. O ato de exoneração e nomeação será publicado na edição de hoje do *Diário Oficial da União*.

Paulo de Tarso esclareceu, em nota oficial, que o inspetor Sipaubá foi designado para ser o comandante da PRF, em missão especial federal no Estado. Com a nomeação para superintendente, Sipaubá acumulará as duas funções.

## Esquadrão

A Scuderie Detetive Le Cocq é considerada o braço armado do crime organizado no Espírito Santo e, segundo investigações conduzidas pelo Ministério Público e pela Polícia, tornou-se um esquadrão da morte.



Gildo Loyola

Fora

O superintendente Scalfoni, que foi filiado da Scuderie Le Cocq entre 1988 e 1989, preferiu não comentar a sua exoneração da Superintendência

Quando foi fundada, em 1984, a Le Cocq era uma entidade filantrópica.

A filiação de Scalfoni à Le Cocq foi revelada na edição de ontem do jornal *Folha de São Paulo*. O nome dele consta nos arquivos da Scuderie como o filiado número 263. Natural de São Gabriel

da Palha, o ex-superintendente, que assumiu o cargo no dia 22 de fevereiro deste ano, continuará nos quadros da Polícia Federal.

Após a exoneração de Scalfoni ter sido divulgada no site do Ministério da Justiça, a reportagem de A GAZETA tentou entrar em

contato com ele, que se recusou a falar com a imprensa. A assessoria de Scalfoni informou que ele não havia sido comunicado oficialmente e que "não tinha nada a comentar".

A missão especial foi formada pelo Ministério da Justiça como uma alternativa ao arquivamento do pedido de intervenção federal no Estado. Integram a missão agentes federais, peritos, delegados e procuradores da República. Na semana passada, Scalfoni participou da primeira reunião conjunta de trabalho da missão especial, realizada na sede da superintendência da Polícia Federal, em São Torquato, Vila Velha.

<b>SCUDERIE DETETIVE LE COCQ</b>		Nº 263
	Nome: JOÃO ADILSON SCALFONI Cargo: POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL (DNER) "A" POSITIVO Endereço: RUA DR. VILHÉRIO, 42 - S. GABRIEL DA PALHA Tel: 104-2205 Dependentes: Arlene B. Scalfoni (esposa) Thiago B. Scalfoni (filho) Lucea B. Scalfoni (filha)	
OBS.: END. COM.: BR 101 Km 65 - DNER - S. MATEUS		

Comprovação

A ficha número 263 da Le Cocq mostra que João Adilson Scalfoni já estava na PRF

## SUBSTITUIÇÃO

Íntegra da nota emitida pela assessoria do Ministério da Justiça

**Brasília** - O ministro da Justiça, Paulo de Tarso Ramos Ribeiro, determinou hoje (ontem) ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal (PRF) a substituição do atual superintendente da PRF do Espírito Santo, João Adilson Scalfoni. Em seu lugar será nomeado o inspetor Faride Sipaubá, que era superintendente no Estado de Tocantins. O ato de exonera-

ção e nomeação será publicado amanhã (hoje), no *Diário Oficial da União*.

O ministro esclarece que o inspetor Sipaubá havia sido designado para ser comandante da Polícia Rodoviária Federal, em missão especial do Governo, no Estado do Espírito Santo. Com a nomeação para superintendente, Sipaubá acumulará as duas funções.(MJ)

## APOIO

Íntegra da nota emitida pelo Superintendente da Polícia Federal do Espírito Santo

Em atenção a matéria publicada pelo jornal *Folha de São Paulo*, na data de hoje (ontem) (22/07/2002), página A8, sob título "Crise no Espírito Santo - Superintendente da Polícia Rodoviária Federal foi filiado à organização de 1988 até 1989" e "Membro da força-tarefa foi sócio da Le Cocq", assinada pela jornalista Fernanda Krakovics, temos a informar: Não podemos prejudicar o atual Superintendente da Polícia Rodoviária Federal no Estado do Espírito Santo, Inspetor João Adilson Scalfoni, pelo fato dele ter sido filiado a Scuderie Detetive Le Cocq, entre os anos de

1988 a 1989, conforme publicado pela *Folha de São Paulo*. Qualquer acusação contra a idoneidade do Inspetor Scalfoni deverá ser avaliada a partir de provas, caso contrário corre-se o risco da leviandade.

A indicação do Inspetor João Adilson Scalfoni de participar como membro da "missão especial convocada pelo Governo federal para combater o crime organizado no Espírito Santo", partiu de seu superior hierárquico, cabendo ao próprio se manifestar a respeito.

Vila Velha (ES), 22 de julho de 2002  
Tito Caetano Corrêa

## ENCONTRO

### Tarso se reúne com governador amanhã

O ministro da Justiça, Paulo de Tarso Ramos Ribeiro, participará de uma reunião amanhã, às 12 horas, no Palácio Anchieta, em Vitória, com o governador José Ignácio Ferreira (PTN). "O ministro ligou para o governador e acertou o encontro para quarta-feira (amanhã). Durante a ligação, o governador aproveitou para reiterar com o ministro sua satisfação com o fato de a missão especial estar no Estado. O governador disse ainda que espera a força-tarefa desde abril de 1999 e que deseja que a missão especial colabore para o Espírito Santo no desmonte da estrutura do crime organizado", relatou a assessoria do governador. O assessor, no entanto, afirmou não saber qual será a pauta da reunião. "Será audiência de trabalho", limitou-se a dizer. Segundo a assessoria de imprensa do ministro da Justiça, também está prevista a chegada de conselheiros federais da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Estado, assim que o primeiro relatório da missão especial que investiga o crime organizado for elaborado.

# Scalfoni acreditava em isenção nas investigações

O ex-superintendente da Polícia Rodoviária Federal no Estado, João Adilson Scalfoni, disse que não informou aos membros da missão especial sua ligação com a Scuderie Detetive Le Cocq porque ninguém lhe questionou sobre o assunto. Scalfoni acreditava que poderia agir de forma isenta nas investigações.

“Não tem por que prejudicar. Se é que há alguém da Le Cocq que seja o braço criminoso, é um que está respondendo por aquilo, não são todos. Eu pertenci à Le Cocq por um ano, no máximo

dois anos, e nessa época não se falava em braço criminoso. Era a Le Cocq”, disse ontem, antes de sua exoneração ter sido determinada pelo ministro da Justiça, Paulo de Tarso Ramos Ribeiro.

A superintendência regional da Polícia Federal se manifestou, através de uma nota oficial. A nota, assinada pelo superintendente regional, Tito Caetano Corrêa, dizia que não era possível “prejulgar” Scalfoni pelo fato de ele ter sido filiado à Le Cocq nos anos de 1988 e 1989.

“Qualquer acusação contra a

idoneidade do inspetor Scalfoni deverá ser avaliada a partir de provas... A indicação de Scalfoni de participar de membro da missão especial partiu de seu superior hierárquico, cabendo ao próprio se manifestar a respeito”, diz um trecho da nota.

O superior hierárquico de Scalfoni é o diretor-geral do Departamento de Polícia Federal, Álvaro Henrique Viana de Moraes. A GAZETA tentou contato com a assessoria da Polícia Federal, em Brasília, mas nada foi divulgado.

## OAB responde a críticas de procurador

A vice-presidente no exercício da presidência da Ordem dos Advogados do Brasil capixaba (OAB-ES), Gladys Bitran, disse ontem que a ordem tem atuado de forma intensa em processos contra advogados por questões éticas. Respondendo ao procurador da República no Rio Grande do Sul, Ronaldo Albo, que afirmou que a OAB precisaria fazer uma “faxina interna”, Bitran afirmou que nos últimos meses quatro advogados chegaram a ser expulsos da entidade, alguns foram suspensos e existem vários processos ainda em andamento por questões éticas.

A vice-presidente disse ainda que não há nenhum processo contra advogados por envolvimento com o crime organizado. “Todos os processos e suspensões ocorreram por falta ética. Mas se o procurador tiver conhecimento de algum envolvimento de advogados com o crime organizado, trata-se de crime comum e cabe a ele instaurar investigações sobre o assunto”, declarou.

## Ação está parada na Justiça Federal

A ação que pediu a extinção da Scuderie Detetive Le Cocq está parada na Justiça Federal desde dezembro do ano passado, quando juiz da 4ª Vara, Alexandre Miguel, decidiu que o processo deveria ser analisado pelo Justiça Estadual.

Em outubro de 2001, Miguel proferiu uma sentença enviando a ação contra a Le Cocq para o Tribunal de Justiça (TJES). Entretanto, a Procuradoria da República contestou a decisão, apresentando um recurso com pedido de liminar no Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2), no Rio de Janeiro. No final do ano, os desembargadores do TRE-2 decidiram suspender a decisão de Miguel até o julgamento do mérito.

A sentença dos desembargadores

foi proferida no dia 13 de dezembro. Desde então o processo está à espera da decisão dos magistrados. De acordo com informações da assessoria de imprensa do TRF-2, o recurso está sendo analisado pela Procuradoria Regional da República da 2ª Região, que pediu vistas dos autos.

O relator do processo no TRF-2 é o desembargador Ney Fonseca, que também está analisando outro recurso apresentado pelo presidente regional do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, Isaías Santana.

O diretor em exercício da Le Cocq, Cristóvão Ximenes, afirmou que o TJES já arquivou uma ação contra a entidade por falta de provas. Para ele, há perseguição política à Le Cocq.

